



Universidade do Estado de Santa Catarina - UDESC
Centro de Educação a Distância- CEAD
Direção de Pesquisa e Pós-Graduação - DPPG
MESTRADO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO INCLUSIVA EM REDE-
PROFEI/UDESC.

Formação Docente e Educação Inclusiva: diálogos necessários

Mestranda: Carina Pasini Col
Orientadora: Profa. Dra Vera Márcia Marques Santos

Chapecó-SC, setembro de 2022

**Ficha catalográfica elaborada pelo programa de geração automática da
Biblioteca Setorial do CEAD/UEDESC,
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)**

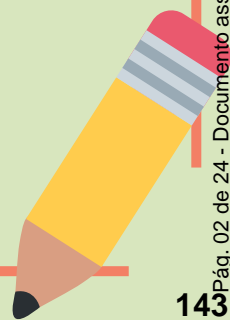
Pasini Col, Carina

Formação Docente e Educação Inclusiva: diálogos necessários : Formação Docente e Educação Inclusiva nas Escolas da Rede Estadual do Município de Chapecó/SC: diálogos necessários / Carina Pasini Col. -- 2022.
24 p.

Orientadora: Profa. Dra Vera Márcia Marques Santos

Dissertação (mestrado) Universidade do Estado de Santa Catarina, Centro de Educação a Distância, Programa de Pós-Graduação em Rede, Florianópolis, 2022.

1. Educação Inclusiva. 2. Educação Básica. 3. Formação Docente. 4. Projeto Político Pedagógico. 5. Portfólio com Sugestões Pedagógicas. I. Marques Santos, Profa. Dra Vera Márcia . II. Universidade do Estado de Santa Catarina, Centro de Educação a Distância, Programa de Pós-Graduação em Rede. III. Título.



APRESENTAÇÃO DO PORTFÓLIO COM SUGESTÕES PEDAGÓGICAS

O Projeto Político Pedagógico (PPP) é o documento norteador de cada unidade escola, e vimos na Proposta Curricular de Santa Catarina (PCSC), um documento potente que pode embasar sua elaboração, assim como os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) embasam a Proposta Curricular de Santa Catarina. Deste modo, podemos destacar a importância de situarmos as abordagens que estão asseguradas no que se refere à diversidade que remete a inclusão. Trouxemos um PORTFÓLIO COM ORIENTAÇÕES PEDAGÓGICAS, como possibilidade de levar até às unidades escolares estaduais de Chapecó-SC, uma proposta teórica por ocasião da elaboração/reelaboração dos seus PPPs.

A proposta faz apontamentos/sugestões de características fundamentais para a elaboração de um Projeto Político Pedagógico que vise a Educação Inclusiva, contemplando elementos indispensáveis para essa construção sob a perspectiva da educação inclusiva que contemple a diversidade presente em cada contexto escolar. Sugere como diretrizes marcos legais, políticas públicas, assim como uma proposta de trabalho com indicações de textos, filmes, documentários e literatura que possam auxiliar na elaboração de um PPP com abordagem inclusiva. Percebemos ser possível, de acordo com cada realidade, propor de forma colaborativa, ações que tragam para o PPP e para as práticas pedagógicas a educação inclusiva.

Com foco na formação de professores para assim disseminar as propostas, é necessário fazer algumas ponderações de extrema relevância para a busca pela inclusão, como o reconhecimento e respeito à diversidade. E, os temas transversais expressam bem esses conceitos, trazem valores básicos à democracia, à constituição da cidadania e realizam apontamentos importantes da sociedade a qual estamos inseridos, a constituição da sociedade contemporânea. E o estudante da educação básica precisa ser protagonista do processo para conquistar seu lugar de direito no contexto social, compondo a diversidade existente.



INTRODUÇÃO

A pesquisa realizada como requisito parcial para obtenção do título de mestra em educação inclusiva, por estar em um mestrado profissional nos delega a tarefa de realização de um produto educacional. Assim optamos pela produção de material pedagógico, um portfólio com sugestões pedagógicas, que se propõe auxiliar na revisão ou na reorganização do Projeto Político Pedagógico, com proposta de trabalhar junto ao percurso formativo, por meio de uma construção coletiva junto aos docentes da rede pública, com objetivo de aproximar a produção realizada do contexto escolar das escolas estaduais do município de Chapecó-SC.

Esse material traz como diretriz a contribuição que extraímos dos documentos analisados, bem como do referencial teórico que tivemos acesso nessa trajetória. Por meio desse instrumento, buscamos contribuir para desmistificar a educação inclusiva, trazendo possibilidades para a formação dos professores, para o percurso formativo e assegurar no Projeto Político Pedagógico (PPP) a importância de garantia perante a legislação.

O conhecer traz a possibilidade de lutar por uma efetivação da educação inclusiva na sua integralidade, respeitando as diferenças e principalmente propondo a prática, ações inclusivas tornam o ambiente inclusivo. Contribuindo assim diretamente no processo de inclusão na educação básica, através de ações que aproximam o que foi pesquisado da realidade local para que o ambiente escolar possa se ressignificar, junto a teoria e prática para uma escola inclusiva na sua integralidade.

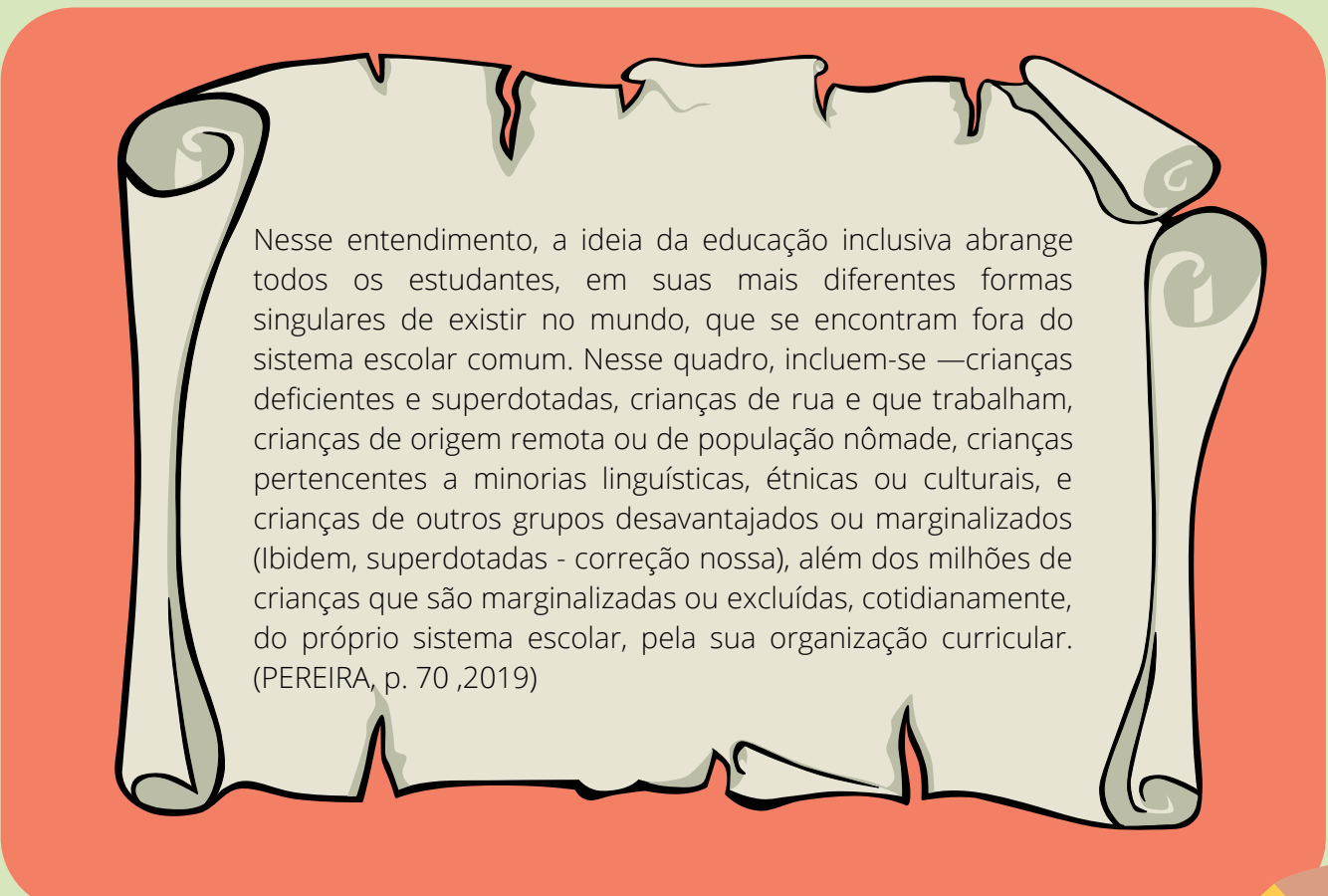
Além do material teórico de apoio produzido para auxiliar a implementação do processo de inclusão de forma contextualizada, foi projetado respeitando as individualidades e efetivando as garantias já previstas na legislação. O mesmo pode ser estendido até a participação em cursos ou formação continuada, para auxiliar na produção coletiva do Projeto Político Pedagógico e nas práticas no contexto escolar. Assim o material se apresenta de forma organizada com sugestões como: Método de desenvolvimento, características fundamentais para construção do PPP que contempla a educação inclusiva, elementos indispensáveis para construção do PPP inclusivo para assim subsidiar a proposta do portfólio com sugestões pedagógicas.



MÉTODO DE DESENVOLVIMENTO

Após realizar a análise dos Projetos Políticos Pedagógicos, e junto às obras, as categorias que embasam fortemente na busca de proposição/sugestão que possibilitem trazer a educação inclusiva para o percurso formativo e conseqüentemente para as práticas pedagógicas, elencamos possibilidades de construir/organizar esse documento que é a vida da escola. Por estar em constante movimento, é necessário compor o PPP de forma coletiva e participativa. É nele que contemplamos a diversidade do contexto escolar, que pretendemos inserir ações que gerem reações de forma colaborativa, democrática e possibilita ver o estudante como protagonista, agente ativo no processo de ensino aprendizagem.

As análises realizadas nos PPP afirmaram um dos objetivos, construir/organizar/reorganizar o documento norteador de cada escola. Outro foi a necessidade de apontar, junto aos documentos, outros meios de contemplar nos PPPs a educação inclusiva, tendo como base o respeito à diversidade e a formação permanente, para que toda equipe escolar se fortaleça enquanto coletivo. E segundo Pereira (2019, p. 66) vale destacar que “[...] verifica-se que as políticas de educação inclusiva têm buscado a inclusão de todos, rejeitando a exclusão de qualquer aluno dos processos de escolarização”. E assim destacamos que nos PPPs é pertinente assegurar em linhas gerais que promovam essa garantia e depois através das especificidades locais, se organize de acordo com o contexto local, levando em consideração as individualidades.



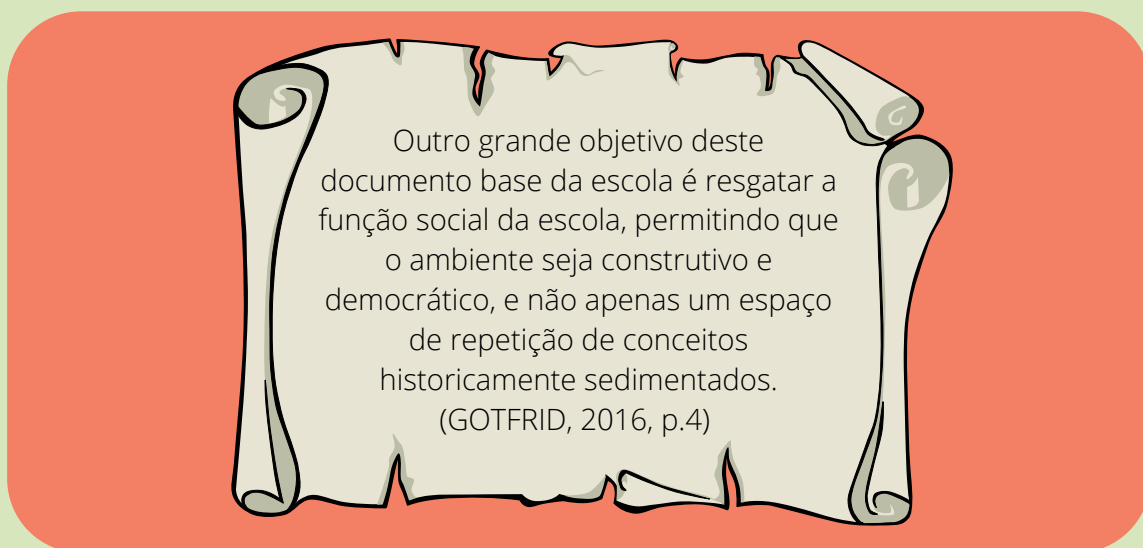
Nesse entendimento, a ideia da educação inclusiva abrange todos os estudantes, em suas mais diferentes formas singulares de existir no mundo, que se encontram fora do sistema escolar comum. Nesse quadro, incluem-se —crianças deficientes e superdotadas, crianças de rua e que trabalham, crianças de origem remota ou de população nômade, crianças pertencentes a minorias linguísticas, étnicas ou culturais, e crianças de outros grupos desvantajados ou marginalizados (Ibidem, superdotadas - correção nossa), além dos milhões de crianças que são marginalizadas ou excluídas, cotidianamente, do próprio sistema escolar, pela sua organização curricular. (PEREIRA, p. 70 ,2019)

Como isso, o método a proposto traz a possibilidade de conhecer, estudar e incorporar possibilidades de tornar o PPP de cada escola, respeitando as individualidades, mas em linhas gerais a educação inclusiva como norteador do percurso formativo. Ao focar no documento que destaca as premissas da educação básica, fundamentado na legislação vigente e nas práticas pedagógicas locais. É de extrema importância analisar o contexto de aplicação, para trazer possibilidade de verificar as individualidades, com uma visão coletiva no processo de ensino aprendizagem, na formação permanente dos professores, no currículo e conseqüente na pretensão que é, reconhecer as diferenças para assim projetar uma educação inclusiva na sua integralidade.

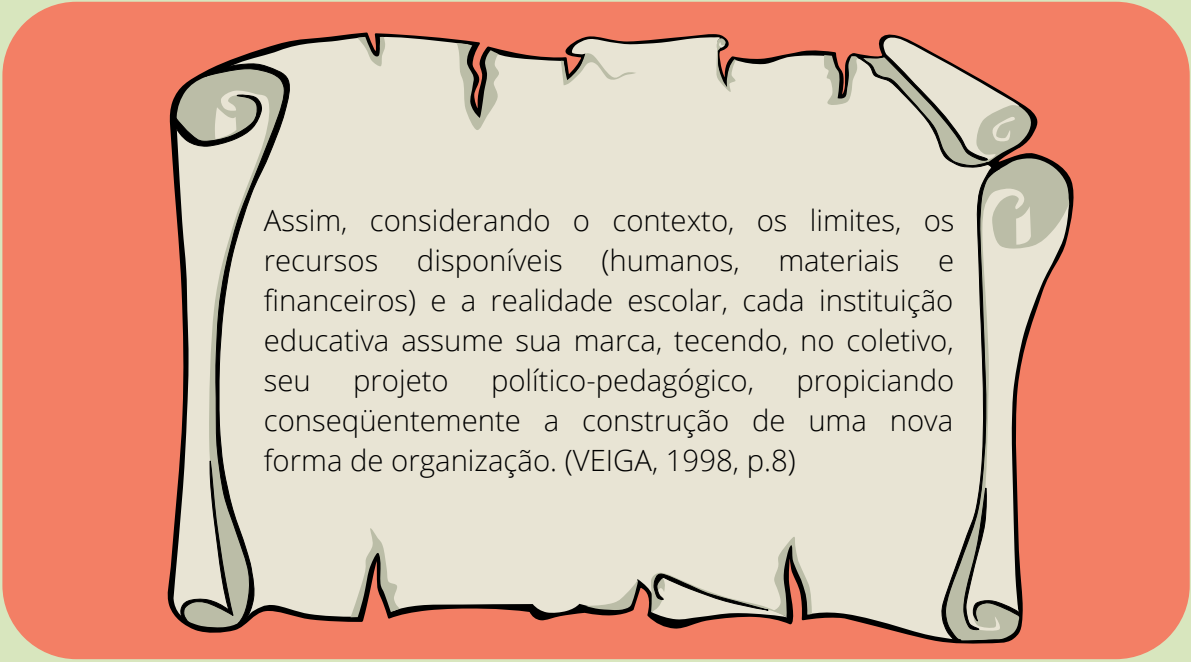
CARACTERÍSTICAS FUNDAMENTAIS PARA A CONSTRUÇÃO DO PPP QUE CONTEMPLE A EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Fundamentado principalmente na Proposta Curricular de Santa Catarina (PCSC), nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) e nos PPPs analisados, fica evidente e necessário ter clareza que, conforme afirma Veiga (1998, p.1), “O projeto não é algo que é construído e em seguida arquivado ou encaminhado às autoridades educacionais como prova do cumprimento de tarefas burocráticas.” Sendo necessário estar em constante movimento, garantindo além da legislação, com ênfase a educação inclusiva é importante também ter que, “Ele é construído e vivenciado em todos os momentos, por todos os envolvidos com o processo educativo da escola”(p.1).

Para apontar características de análise na tratativa de constituir um PPP inclusivo, vale trazer também colocações significativas quanto a interpretação do que realmente estamos buscando, assim:



Como nosso objetivo, foi verificar nas diretrizes políticas e pedagógicas do Estado de Santa Catarina, como aparece a educação inclusiva e como impactam na elaboração dos Projetos Políticos Pedagógicos (PPP). Isso para as instituições públicas de ensino para a educação básica da rede estadual no município de Chapecó/SC. Então contemplar a educação inclusiva no documento norteador de cada espaço escolar, no município de Chapecó SC, nas escolas da educação básica, da rede estadual, é nosso desafio.

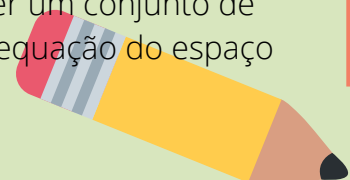


Assim, considerando o contexto, os limites, os recursos disponíveis (humanos, materiais e financeiros) e a realidade escolar, cada instituição educativa assume sua marca, tecendo, no coletivo, seu projeto político-pedagógico, propiciando conseqüentemente a construção de uma nova forma de organização. (VEIGA, 1998, p.8)

Diante disso, sugerimos algumas ações para trazer proposta de trabalho para reconstruir/organizar o PPP de cada unidade escolar, com respeito e reconhecimento à diversidade. Sempre mantendo a pretensão de tornar o documento norteador das ações no contexto escolar, uma proposta inclusiva, constituída de forma coletiva, colaborativa e tendo o estudante indivíduo protagonista do processo educativo. As possibilidades de ações são as seguintes:

- 1.** Propor uma organização de formação permanente nas instituições públicas de ensino;
- 2.** Indicar autores que contemplem a educação inclusiva na sua integralidade para leitura e análise;
- 3.** Sinalizar para as instituições quais são as Legislações e Políticas Públicas já aprovadas a respeito do tema;
- 4.** Incentivar a formação de Grupos de Estudos (pode ser temático, para estudo e discussão das formas de reconhecimento das diversidades e possibilidade de implementação no cotidiano escolar);
- 5.** Promover seminários internos com assessorias temáticas, em parceria com as instituições de ensino superior públicas.
- 6.** Sugerir palestra para aproximar os professores da educação inclusiva na sua integralidade, desmistificando a educação inclusiva como sendo exclusividade do viés “Educação Especial” e sim como sendo “Respeito e reconhecimento da diversidade que compõe o ambiente escolar assim como a sociedade”.

Após citar algumas possibilidades de ações que podem trazer movimento que tornam o PPP inclusivo, vale também elencar elementos que quando vistos serão associados a um documento que tem a educação inclusiva na sua essência. Segundo os autores mencionados na dissertação, para ter educação inclusiva é necessário ter um conjunto de teorias, legislações, práticas e ações que tornam possível a mudança/adequação do espaço escolar.

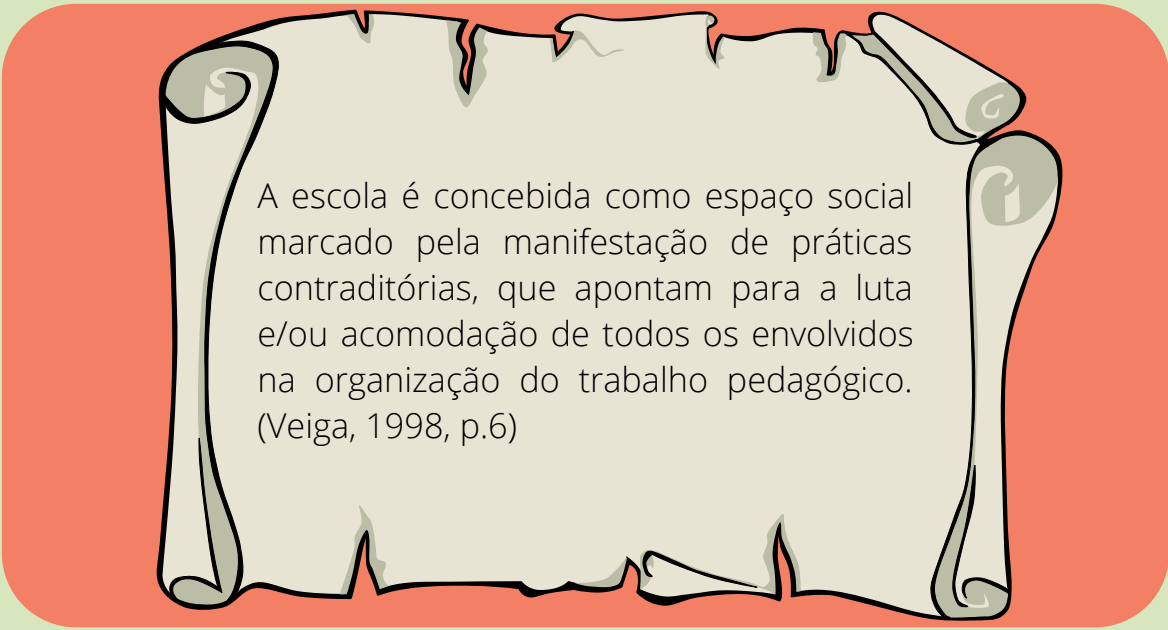


ELEMENTOS INDISPENSÁVEIS PARA CONSTRUÇÃO DE UM PPP INCLUSIVO

A busca por elementos que aproximem a escola, ao Projeto Político Pedagógico e ao percurso formativo dentro do contexto da educação básica, é sem dúvida o respeito às diversidades e para Pereira (2019, p.120), “O tempo escolar apresenta uma dupla perspectiva nos processos de escolarização, um tempo pessoal e um tempo institucional e organizacional.” E agora elencaremos alguns elementos que possibilitam essa inserção é fundamental na construção do PPP focado na educação inclusiva. Para tanto, elencamos os seguintes:

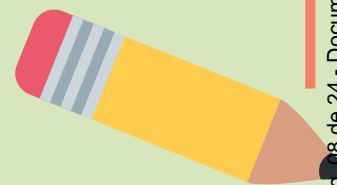
1. Estudo e conhecimento de legislação
2. Trabalho colaborativo
3. Envolvimento de todos os segmentos que compõem a comunidade escolar, podendo ser por amostragem, devido a quantidade de indivíduos que fazem parte da escola.
4. Avaliação permanente das proposições, das ações definidas coletivamente analisando o envolvimento de cada segmento e qual a devolutiva de cada um/uma.
5. Proposta em forma de espiral para que durante o ano letivo sempre se tenha um início e uma abrangência envolvente para que ao final os envolvidos sejam em maior quantidade que inicialmente, proposições abrangentes.

Com esses apontamentos, e seguindo a linha proposta por (Veiga, 1998, p.6) “A construção do projeto político-pedagógico parte dos princípios de igualdade, qualidade, liberdade, gestão democrática e valorização do magistério.” Assim nossa perspectiva se embasa fortemente em seus pressupostos.



A escola é concebida como espaço social marcado pela manifestação de práticas contraditórias, que apontam para a luta e/ou acomodação de todos os envolvidos na organização do trabalho pedagógico. (Veiga, 1998, p.6)

Por isso, nossa luta em traçar possibilidade de proposta para auxiliar a trazer indicativos e sugestões para reconhecer/construir um documento na perspectiva da educação inclusiva, conforme as categorias analisadas na PCSC e nos PCNs, é fundamental para contemplar a educação inclusiva no contexto das escolas de educação básica.

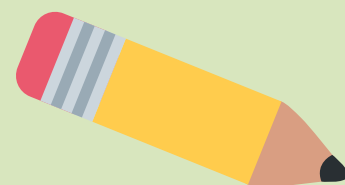


MATERIAL CATALOGADO: ALGUMAS POSSIBILIDADES

Como Produto Educacional apresentamos esse Portfólio, como uma possibilidade, uma sugestão, algumas referências para a elaboração ou atualização do Projeto Político Pedagógico. A intenção é apresentar possibilidade de inserção da diversidade contemplada nas categorias mencionadas na dissertação. Essa sugestão se tornou possível a partir e em conformidade a análise nos PCNs, na PCSC, nos PPPs, autores/obras e documentos onde encontramos elementos importantes para fortalecer a prática embasada teoricamente no PPP de cada unidade escolar da rede estadual de ensino, da educação básica, do município de Chapecó-SC.

Após pesquisa e análise das categorias que emergem da Proposta Curricular de Santa Catarina, **Educação para as Relações de Gênero, Educação para Diversidade Sexual, Educação Ambiental, Educação das Relações Étnico-Raciais (ERER), Educação Especial e Educação do Campo** e com embasamento também nos Parâmetros Curriculares Nacionais. Foi possível fazer indicativos e proposições de materiais que trazem e contribuem junto a Educação Inclusiva com reconhecimento e respeito às diversidades. Elas compõem o contexto da educação básica. Assim as sugestões e proposições têm o intuito de contribuir para a revisão do Projeto Político Pedagógico das unidades escolares. Possibilitando a participação e a formação dos professores. Entende-se que estes profissionais precisam participar efetivamente da construção/reconstrução/revisão do PPP, para assim trazer mais indicadores de como tornar o/a estudante protagonista do processo.

Para compor o PPP e a proposta de intervenção de forma prática junto à formação de professores. No combate a práticas excludentes e discriminatórias, tanto as escolas quanto os professores devem lutar por uma educação inclusiva. É preciso considerar a possibilidade de verificar a inclusão como necessidade em todos os setores que representam a diversidade encontrada na sociedade assim como nas escolas. Os itens buscados e relacionados conforme as categorias elencadas para a diversidade na PCSC e nos PCNs, são vídeos, filmes, documentários, leituras, indicações de legislação, materiais que subsidiam e dão possibilidade de buscar muitas outras fontes.



Quadro 1: Sugestões de **VÍDEOS** para trabalhar a diversidade

TÍTULO	LINK
FIGUEIRÓ, M.N.D. O que é diversidade sexual. Disponível no youtube (2018)	https://youtu.be/gaY5Ezl7M8k
Webinar - Diversidade sexual nos espaços educativos: Identidades de gênero.	https://youtu.be/X6rKZkMhmpg
Sexo e Gênero vídeo disponível no youtube Papo de Coruja.	https://youtu.be/X6rKZkMhmpg
COUTINHO. L. e BEZERRA. B. Jr. Gênero e Sexualidade além dos rótulos. Youtube Café Filosófico (2016).	https://youtu.be/f8ktBCM_KDI
O Perigo de uma História Única - Chimamanda Ngozi Adichie	https://www.youtube.com/watch?v=JijsHmWKI3w
Relações Étnico-Raciais - Profº. Dr. Kabengele Munanga	https://youtu.be/7FxJOLf6HCA
Diversidade Religiosa e Direitos Humanos - 20º Encontro da Nova Consciência	Diversidade Religiosa e Direitos Humanos - 20º Encontro da Nova ...
História da discriminação racial na educação brasileira. Aula Escola da Vila 2018	https://youtu.be/gwMRRVPI_Yw
Vídeo de um humorista que relata essa discriminação velada. Formas veladas de preconceito estrutural.	https://youtu.be/fEF1NzMEqGA
Diversidade Religiosa e Direitos Humanos. 20º Encontro da Nova Consciência. 2014	https://www.youtube.com/watch?v=uW-zzS8_Cl8
Bahia, berço da Cultura Afro-Brasileira - Nação TVE - Salvador - Programa 2 - 12/11/2014	https://youtu.be/WflxTpbTrC8
Uma nova forma de pensar, com Ailton Krenak	https://www.youtube.com/watch?v=-36g1mMpCTY
Ailton Krenak: "A natureza não é uma fonte inesgotável"	https://www.youtube.com/watch?v=OzV5xFWZdy0

Fonte: Organização da pesquisadora, 2022.



Quadro 2: Sugestões de FILMES para trabalhar a diversidade

Sugestões	Indicação de Possibilidades
<p>A pessoa é para o que nasce (2002)</p> <p>https://youtu.be/5nl8U_i9t74 Classificação: livre</p>	<p>O documentário relata a história de três irmãs cegas de Campina Grande, Maria das Neves, Regina Barbosa e Francisca da Conceição. A narrativa mostra a leitura de mundo das mulheres e a dedicação do trio à música.</p>
<p>Amy uma vida pelas crianças</p> <p>https://youtu.be/f_B072k0FSU Classificação: livre</p>	<p>Após a morte de seu filho, Amy deixa seu marido para se tornar professora em uma escola para crianças deficientes. Descobrendo uma nova razão para viver, ela se dedica a ensinar crianças surdas a falar, ao mesmo tempo em que elas o ensinam o verdadeiro sentido do amor.</p>
<p>Atypical</p> <p>https://www.netflix.com/watch/80117462?source=35typical (2017-2021)</p> <p>Classificação 14 anos</p>	<p>Atypical é uma série norte-americana de comédia dramática. Em quatro temporadas que foram lançadas entre 2017 e 2021, o show conta a história de Sam Gardner, jovem de 18 anos diagnosticado dentro do espectro autista. No fim da adolescência e começo da vida adulta, Sam precisa lidar com questões como faculdade, relacionamento amoroso, sexualidade e pais super protetores. A série fala sobre bullying, família, amigos, relacionamentos e amadurecimento de forma perspicaz, uma boa opção para debater a inclusão social de pessoas diagnosticadas dentro do espectro autismo com os alunos do Ensino Médio.</p>
<p>Colegas (2012)</p> <p>https://youtu.be/Wj4Naoc1RJA Classificação:12 anos</p>	<p>Aninha, Stalone e Márcio protagonizam uma história de amizade e sonhos. Os três fogem do instituto em que viviam para perseguirem seus respectivos desejos de casar, ver o mar e voar. Ao longo da trama, os três trilham um percurso de aventura, contribuindo para que a Síndrome de Down seja retratada dentro de um contexto de autonomia, superação e aprendizagem.</p>
<p>Como Treinar o Seu Dragão (2010)</p> <p>https://www.youtube.com/watch?v=bSWeuKVOcww Classificação livre.</p>	<p>O longa-metragem é uma excelente opção para debater a importância de combater o preconceito e aceitar as diferenças com os alunos do Ensino Fundamental, além de ser uma lição de amizade e superação.</p>
<p>Cuerdas</p> <p>(https://youtu.be/4INwx_tmTKw2013) Classificação livre.</p>	<p>Cordas, traduzido para o português, é um curta-metragem de animação escrito e dirigido pelo diretor e roteirista espanhol, Pedro Solís García. O filme tem 10h52 de duração e mostra a relação de amizade entre Maria e Nicolás, duas crianças que moram em um orfanato. Nicolás, portador de paralisia cerebral, vive em uma cadeira de rodas e não fala. Por conta disso, nenhuma das crianças se aproxima dele, mas María está determinada a fazer amizade e brincar com o garoto. É uma boa opção para abordar a inclusão social de pessoas com deficiência, além de ensinar valores como amizade, empatia e respeito às diferenças aos alunos dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental.</p>



<p>Hoje eu quero voltar sozinho (2014)</p> <p>https://www.youtube.com/watch?v=FKQSSfJZQ4o</p> <p>Classificação 12 anos</p>	<p>O filme aborda temas importantes como deficiência, homossexualidade, bullying e preconceito com muita sensibilidade e é uma ótima opção para introduzir o debate sobre diversidade e inclusão com os alunos dos Anos Finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio.</p>
<p>Kiriku</p> <p>https://youtu.be/3v9sylv3ipg</p> <p>Classificação Livre</p>	<p>Ao longo da História, com os conflitos religiosos e culturais entre os povos, algumas histórias ganharam mais espaço na literatura e nos registros oficiais do que outras. Por outro lado, a cultura africana, por conta do racismo ainda tão presente em nossa sociedade, é uma das culturas cujos mitos e lendas são muitas vezes marginalizados, apesar de sua riqueza. Pois os filmes da série Kiriku são perfeitos para apresentar esse universo fantástico aos pequenos. Kiriku é um pequeno guerreiro que nasceu em uma tribo africana e, desde seu nascimento, se dedica a proteger a natureza, a vida dos animais e a sua tribo. O herói ensina, ainda, que não é preciso ser grande para fazer coisas grandiosas. Para valorizar a cultura africana.</p>
<p>Lilo e Stitch</p> <p>https://youtu.be/wAtaSKQ4-T0</p> <p>Classificação livre.</p>	<p>A produção Lilo & Stitch é rica em assuntos interessantes para trabalhar e família. Lilo, a garotinha de 5 anos do título, adora cuidar de animais desamparados. Tudo muda, entretanto, quando ela encontra Stitch, um alienígena super bagunceiro e incompreendido. Além disso, Lilo é criada por sua irmã mais velha, e com Stitch elas formarão uma configuração familiar inusitada. Para falar sobre diversidade de famílias.</p>
<p>Lista de filmes para o público infantil (diversidade cultural):</p> <p>https://quindim.com.br/blog/cinco-filmes-para-falar-de-diversidade/</p> <p>Classificação livre.</p>	<p>Conjunto de 5 Filmes sobre Diversidade Cultural para assistir com as crianças. A infância é uma ótima fase para se propor reflexões e respeito às diferenças.</p>



<p>Lista de filmes sobre inclusão social https://educasc.com.br/educacao/educacao-inclusiva-7-filmes-para-abordar-a-inclusao-social-de-pessoas-com-deficiencia/ Classificação livre.</p>	<p>Educação inclusiva: 7 filmes para abordar a inclusão social de pessoas com deficiência. Essas são indicações para introduzir o tema na escola.</p>
<p>https://educacaointegral.org.br/reportagens/10-filmes-para-abordar-inclusao-de-pessoas-deficiencia/ Classificação livre.</p>	<p>Conjunto de 10 filmes para abordar a inclusão de pessoas com deficiência. A inclusão de pessoas com deficiência é prevista na Constituição e figura entre os direitos dos cidadãos. Lista de filmes sobre inclusão</p>
<p>O menino e o mundo https://youtu.be/6IFP8FVUwK8 Classificação livre</p>	<p>Na linda e premiada produção brasileira O menino e o mundo, um menino e sua família moram no campo até que por fim a falta de trabalho faz o pai partir para cidade grande. Com saudade, o menino vai atrás do pai e descobre uma cidade cheia de máquinas que parecem bichos. Além disso, essa cidade é marcada pela desigualdade, pela exploração e pela pobreza. A trama permite discutir não só a desigualdade social como as condições de trabalho injustas que muitas pessoas têm que enfrentar em nome da sobrevivência. Para conscientizar sobre as diferentes condições sociais.</p>
<p>Procurando Nemo (2003) https://www.youtube.com/watch?v=NVvBdsWwUtQ Classificação livre</p>	<p>O filme é uma verdadeira lição de amizade e pode ser uma ótima opção para trabalhar os temas inclusão e respeito às diferenças com os alunos dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, pois mostra o peixinho Nemo, que tem uma nadadeira menor do que a outra, superando dificuldades e vencendo medos.</p>
<p>Soul Surfer – Coragem de Viver (2011) https://www.youtube.com/watch?v=EBrpwRZ_qMo Classificação 10 anos</p>	<p>Soul Surfer – Coragem de Viver, conta a história real da surfista campeã norte-americana, Bethany Hamilton, que aos 13 anos tem sua vida transformada após ser atacada por um tubarão e perder o braço esquerdo. O drama mostra as dificuldades enfrentadas pela atleta e se transforma em um filme de superação ao mostrar que, apesar da grave lesão, Bethany consegue voltar a praticar surfe, fazendo um dos retornos mais incríveis da história do esporte mundial.</p>
<p>Tainá https://youtu.be/a7k0n15wwek Classificação Livre</p>	<p>Da mesma forma, as expressões culturais e a mitologia dos povos indígenas não ocupou, ao longo da história, espaços de protagonismo. Então, pode ser muito rico descortinar esse universo para as crianças – o que ajuda a estimular a reflexão sobre a construção da identidade e autoestima de um povo. Os filmes da série brasileira Tainá – Uma aventura na Amazônia, que começou em 2000, mostra os desafios de uma menina indígena órfã que aprende as lendas do seu povo e se torna guardiã da floresta. Para valorizar a cultura indígena.</p>

Fonte: Organização da pesquisadora, 2022.



<p>Tamara (2016)</p> <p>https://youtu.be/B4frsp-rR6c Classificação livre.</p>	<p>Criado e produzido pela House Boat Animation Studio, o filme é um curta-metragem de animação e conta a história de uma menina surda que sonha em ser bailarina. Com apenas 4h 36 de duração, o filme aborda temas como inclusão, tolerância e diversidade.</p>
<p>Zootopia</p> <p>https://youtu.be/prct6AB5tR8 Classificação livre</p>	<p>Zootopia, animação da Disney, é uma cidade povoada por animais de todos os tipos. Nela, uma coelha e uma raposa terão que superar suas diferenças para desvendar um caso relacionado a uma grave crise da cidade. Dessa forma, com muita aventura, o filme mostra que pessoas diferentes podem estabelecer conexões profundas. E que cada indivíduo deve buscar aquilo que sonha para a sua vida, independentemente do que dizem às convenções e os estereótipos sociais. Para falar de aceitação entre diferentes/empatia</p>

Fonte: Organização da pesquisadora, 2022.



Quadro 3: Sugestões de **reportagens, livros, outros materiais**, para trabalhar a diversidade

Título	Link
Educando para a Diversidade Como discutir homossexualidade na escola?	https://www.cepac.org.br/blog/wp-content/uploads/2021/03/guia_educando.pdf
Materiais pedagógicos acessíveis	https://diversa.org.br/materiais-pedagogicos/
Diversidade e inclusão nas escolas: como a questão deve ser abordada pelas instituições de ensino	https://treediversidade.com.br/diversidade-e-inclusao-nas-escolas/
Jogos e dinâmicas de grupo-Pessoas com deficiência.	https://pt.slideshare.net/RosaneGafa/jogos-e-dinmicas-de-grupo-pessoa-com-deficiencia
Literatura e Inclusão: Formação do Respeito à Diversidade	https://www.researchgate.net/publication/347972998_Literatura_e_Inclusao_Formacao_do_Respeito_a_Diversidade
A diversidade de culturas no Brasil: como valorizá-las na prática educativa da sala de aula?	https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/19/30/a-diversidade-de-culturas-no-brasil-como-valoriza-las-na-pratica-educativa-da-sala-de-aula
A educação ambiental na sala de aula	https://educador.brasilecola.uol.com.br/estrategias-ensino/a-educacao-ambiental-na-sala-aula.htm
Ailton Krenak: “A Terra pode nos deixar para trás e seguir o seu caminho”	https://www.ufrgs.br/jornal/ailton-krenak-a-terra-pode-nos-deixar-para-tras-e-seguir-o-seu-caminho/
Dicionário da educação do campo.	https://ctazm.org.br/bibliotecas/dicionario-da-educacao-no-campo-288.pdf
Dossiê educação do campo: documentos 1998- 2018	https://fonec.org/wp-content/uploads/2021/04/Dossie_Educacao_do_Campo_Ebook-1.pdf
Educação Ambiental	https://www.sed.sc.gov.br/programas-e-projetos/30939-educacao-ambiental
Educação do campo e escola multisseriada: o livro didático na formação do sujeito campesino.	https://editorarealize.com.br/editora/anais/conedu/2018/TRABALHO_EV117_MD1_SA5_ID2985_17092018214355.pdf
Educação do campo e pesquisa: questões para reflexão.	http://livros01.livrosgratis.com.br/md000035.pdf

Fonte: Organização da pesquisadora, 2022.

Educação do campo em Mato Grosso do Sul: ampliando a construção da identidade das escolas do campo.	https://repositorio.ufms.br/handle/123456789/3690
Educação do campo: escola, território e trabalho docente.	https://dspace.unipampa.edu.br/bitstream/riu/5396/1/Miolo_EDUCA%C3%87%C3%83O%20DO%20CAMPO-final.pdf
Educação do campo: sujeitos, saberes e reflexões.	https://www.ufpi.br/arquivos_download/arquivos/LIV
Educação do campo: um olhar histórico, uma realidade concreta.	https://educanp.weebly.com/uploads/1/3/9/9/13997768/educacao_do_campo_um_olhar_historico_uma_realidade_concreta.pdf
Entenda como trabalhar a questão da diversidade nas escolas	https://educacao.imaginie.com.br/diversidade-nas-escolas/
Gênero, diversidade e desigualdades na educação: interpretações e reflexões para formação docente	https://www.ufpe.br/documents/1016303/1020379/gnero+diversidade+e+desigualdade+na+educa_o.pdf
Pedagogia histórico-crítica e educação no campo. história, desafios e perspectivas atuais.	https://www.gepec.ufscar.br/publicacoes/livros-e-colecoes/livros-gepec/pedagogia-historico-critica-e-educacao-no-campo.pdf
Inclusão social	https://www.infoescola.com/sociologia/inclusao-social/

Fonte: Organização da pesquisadora, 2022.

Inclusão social nas escolas	https://www.todoestudo.com.br/sociologia/inclusao-social#4
O amanhã não está à venda.	https://ds.saudeindigena.icict.fiocruz.br/bitstream/bvs/1969/1/Krenak%2C%20Ailton%20-%202020%20-%20O%20amanh%C3%A3%20n%C3%A3o%20est%C3%A1%20a%20venda.pdf
O professor e a educação inclusiva.	https://crianca.mppr.mp.br/arquivos/File/publi/atividades_inclusao/o_professor_e_a_educacao_inclusiva.pdf
Política de educação no campo para além da alfabetização (1952-1963).	https://static.scielo.org/scielobooks/q7zxz/pdf/barreiro-9788579831300.pdf
Práticas educativas na educação do campo: desafios e perspectivas na contemporaneidade.	https://www.finom.edu.br/assets/uploads/cursos/categoriasdownloads/files/20190605040642.pdf
Princípios e concepções da educação do campo.	https://www.ufsm.br/app/uploads/sites/358/2019/06/Principio-e-concep%C3%A7%C3%B5es-da-educac%C3%A3o-no-campo-final-1.pdf

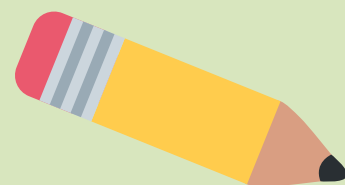
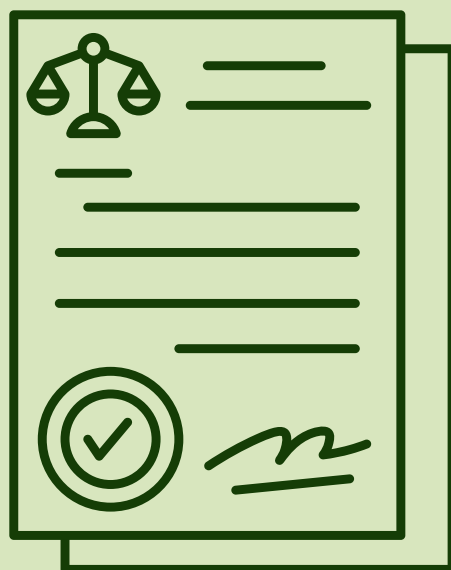
Fonte: Organização da pesquisadora, 2022.

As sugestões trazidas estão embasadas nas categorias que emergiram em nossa pesquisa que foram retiradas da Proposta curricular de Santa Catarina e dos Parâmetros Curriculares Nacionais, que são: **Categoria Educação para as Relações de Gênero, Categoria Educação para Diversidade Sexual, Categoria Educação Ambiental, Categoria Educação das Relações Étnico-Raciais (ERER), Categoria Educação Especial e Categoria Educação do Campo.** A intencionalidade é que as sugestões possibilitem e despertem a busca por inúmeras outras pesquisas para que cada escola, cada contexto possa inserir conforme suas características específicas, respeitando a diversidade focada no estudante como protagonista do processo.



Legislações e Políticas Públicas

Quanto à legislação, trazemos a proposta como instrumento pedagógico, considerando as possibilidades que resoluções e outros documentos que regulam políticas públicas e normatizam regras sociais para diferentes situações apresentam para potencializar práticas docentes. Elencamos, assim, alguns marcos que são fundamentais para a educação básica, assim como para a garantia das crianças e adolescentes junto a constituição federal e as leis de abrangência, internacional, nacional, estadual e local. O intuito desta lista é aproximar os docentes e toda comunidade escolar da seguridade já existente, para assim ter a possibilidade de contemplar também o PPP da unidade escolar.



Quadro 4: Legislações que garantem a educação inclusiva e a diversidade nas escolas de educação básica.

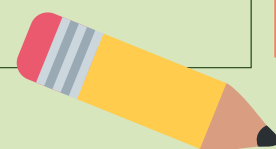
Documento	Definição
Constituição Federal de 5 de outubro de 1988.	Constituição Cidadã de 1988. Institui o Estado Democrático, destinado a assegurar o exercício de direitos, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos.
LDB, Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996.	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional Legislação que define e regulamenta o sistema educacional brasileiro, seja ele público ou privado.
Lei nº 13.146/2015, de 06 de julho de 2015.	Institui a lei brasileira de inclusão da pessoa com deficiência (estatuto da pessoa com deficiência).
Decreto Nº 10.502, De 30 De Setembro De 2020.	Política Nacional de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado ao Longo da Vida
Leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008	Política curricular, que torna obrigatório o ensino de conteúdos de matriz afro-brasileira, africana e indígena nos currículos das escolas.
Lei 11.645/08 de 10 de Março de 2008.	Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena"
Lei 7.716/89, de 05 de janeiro de 1989	Conhecida como Lei do Racismo, pune todo tipo de discriminação ou preconceito, seja de origem, raça, sexo, cor, idade. Em seu artigo 3º, a lei prevê como conduta ilícita o ato de impedir ou dificultar que alguém tenha acesso a cargo público ou seja promovido, tendo como motivação o preconceito ou discriminação. Por exemplo, não deixar que uma pessoa assuma determinado cargo por conta de raça ou gênero. A pena prevista é de 2 a 5 anos de reclusão. A lei também veda que empresas privadas neguem emprego por razão de preconceito. Esse crime está previsto no artigo 4º. da mesma lei, com mesma previsão de pena.
https://crianca.mppr.mp.br/arquivos/File/publi/camara/estatuto_crianca_adolescente_9ed.pdf	ESTATUTO DA CRIANÇA E ADOLESCENTE –ECA- Estatuto da Criança e do Adolescente é o conjunto de normas do ordenamento jurídico que tem como objetivo a proteção dos direitos da criança e do adolescente, aplicando medidas e expedindo encaminhamentos para o juiz.
Resolução nº 132 de 15 de dezembro de 2009	Esta normativa dispõe sobre o nome social nos registros escolares internos e dá outras providências, e passou a vigorar a partir de 2011

Fonte: Organização da pesquisadora, 2022.

Lei nº 14.408, de 10 de abril de 2008	NEPRE, Política de Educação, Prevenção, Atenção e Atendimento às Violências na Escola, fundamentado num conjunto de legislações que estabelecem os princípios orientadores para a efetivação dos Direitos Humanos.
Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003	Estatuto do Idoso que garante para eliminar o preconceito e produzir conhecimento, nos currículos mínimos dos diversos níveis de ensino formal serão inseridos conteúdos voltados ao processo de envelhecimento.
Decreto nº 186/2008 com status de emenda constitucional, e promulgada pelo Decreto nº 6.949/2009.	A Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, e seu Protocolo Facultativo – ONU, 2006, aprovada pelo Brasil, representa muitas conquistas desses sujeitos. (respeito pela dignidade; autonomia; equidade de oportunidades; não-discriminação; participação e inclusão; acessibilidade; igualdade entre o homem e a mulher e pelo desenvolvimento de suas capacidades)
Decreto nº 7.612/2011	Que implantou no Brasil, o Plano Nacional da Pessoa com Deficiência, intitulado, Plano Viver sem Limite.
Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho.	Tras garantias os Direitos Fundamentais para a subsistência da vida e a preservação da cultura dos povos indígenas, além do direito à educação e meios de comunicação, pré estabelecido junto a constituição federal de 1988.
Resolução nº 182, de 19 de novembro de 2013	O Conselho Estadual de Educação de Santa Catarina, estabeleceu as normas complementares para as instituições no que tange o Credenciamento, Autorização de Cursos e seu Reconhecimento. Apontando inclusive para a especificidade da educação escolar indígena.
Resolução nº 05/CNE/2012	Estabelece que as políticas para a Educação Escolar Indígena estejam pautadas em todas as especificidades do povo indígenas.
Decreto nº 7.352, de 04 de novembro de 2010	Concretiza juridicamente e respalda a política nacional de Educação do Campo. E confere amparo legal a estabelecer limites em áreas rurais.
Plano Nacional de Educação/2014	Apresenta avanços em relação ao PNE/2010, evidenciando o poder do Estado para normatizar suas ações considerando as reivindicações da sociedade civil organizada..
Parecer nº 263, de 21 de setembro de 2004.	Assegura a garantia do direito à educação das crianças acampadas a partir de um processo de escolarização que compreende a realidade e as necessidades dessas crianças. O Parecer autoriza o funcionamento da Escola Itinerante, como uma experiência pedagógica, com oferta do 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental.
Parecer 07/2010 e a Resolução CNE/CEB nº 4/2010.	Instituem as Diretrizes Curriculares Gerais para a Educação Escolar Quilombola.
Decretos nº 4.887/2003 e nº 6.261/2007.	Regulamenta a regularização fundiária e das políticas de gestão das comunidades, com o procedimento para a sua identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos

Fonte: Organização da pesquisadora, 2022.

Lei Federal Nº 13.146, de 06 de julho de 2015 que Institui a Lei Brasileira de Inclusão, Estatuto da Pessoa com Deficiência.	Lei Brasileira de Inclusão, Estatuto da Pessoa com Deficiência.
LEI 13.185, de 6 de novembro de 2015	Art. 1 Fica instituído o Programa de Combate à Intimidação Sistemática (Bullying) em todo o território nacional.
Lei N. 13.663 de 14 de maio de 2018	Essa lei altera o art. 12 da Lei nº 9.394, para incluir a promoção de medidas de conscientização, de prevenção e de combate a todos os tipos de violência e a promoção da cultura de paz entre as incumbências dos estabelecimentos de ensino.
LEI Nº 14.164, de 10 de junho de 2021	Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (LDB) para incluir conteúdo sobre a prevenção da violência contra a mulher nos currículos da educação básica, e institui a Semana Escolar de Combate à Violência contra a Mulher.
DECLARAÇÃO DE SALAMANCA	A Declaração de Salamanca (1994) traz a educação inclusiva como a possibilidade de “reforçar” a ideia de “educação para todos”, como se, até então, alunos com deficiência e/ou com outras necessidades educacionais especiais não frequentassem a escola.
Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH)	A Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH) é um documento marco na história dos direitos humanos. Elaborada por representantes de diferentes origens jurídicas e culturais de todas as regiões do mundo, a Declaração foi proclamada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em Paris, em 10 de dezembro de 1948, por meio da Resolução 217. A (III) da Assembleia Geral como uma norma comum a ser alcançada por todos os povos e nações. Ela estabelece, pela primeira vez, a proteção universal dos direitos humanos.
Convenção da Organização dos Estados Americanos de Guatemala (1999)	Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência, aprovada pelo Conselho Permanente da Organização dos Estados Americanos na sessão realizada em 26 de maio de 1999 na Guatemala.
Convenção Internacional das Pessoas com Deficiência (2011)	A Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, adotada pela ONU em 13 de dezembro de 2006, constitui um marco histórico na garantia e promoção dos direitos humanos de todos os cidadãos e em particular das Pessoas com Deficiência.



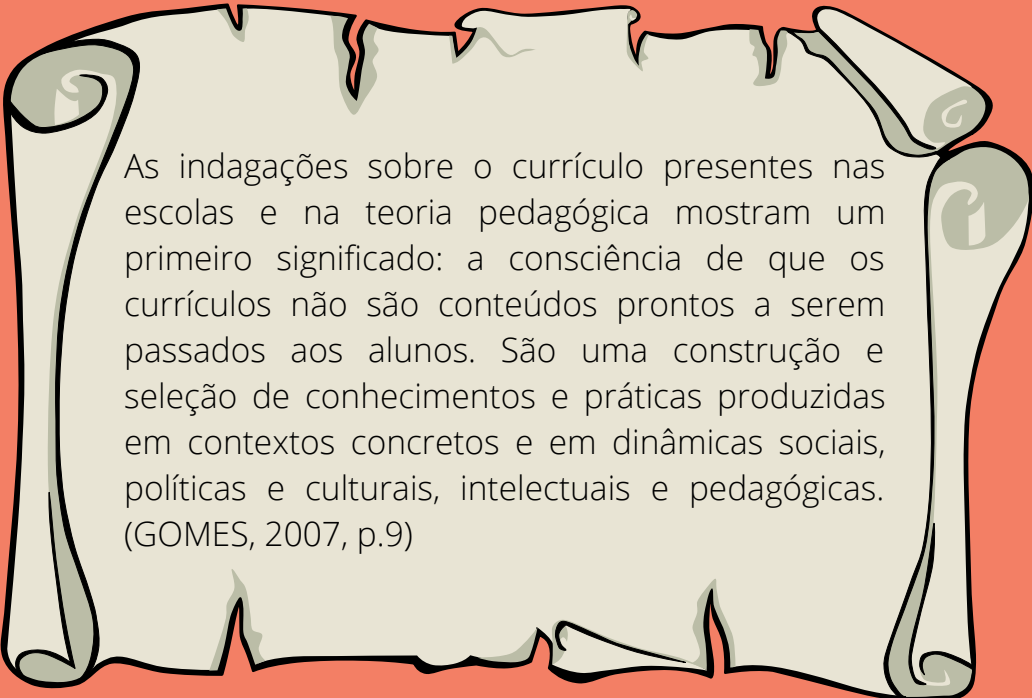
Proposta de Trabalho

De forma colaborativa a proposta será, inicialmente, realizar diagnóstico para traçar o perfil da comunidade escolar e assim melhor conhecer os estudantes que compõem o espaço escolar.

O segundo passo da proposta será a realização de um seminário presencial com o corpo docente, gestão, representação discente e comunidade escolar, onde o portfólio pedagógico é apresentado como etapa sensibilizadora. Após esse momento inicial, propõem-se definir grupos de estudos permanentes para formação continuada, objetivando estudar a legislação, as políticas públicas que permeiam a educação básica, sugestões de vídeos, textos, dentre outros instrumentos pedagógicos que possibilitem permanentemente a socialização e empoderamento do corpo docente e discente do espaço escolar, assim como de toda a comunidade escolar.

Sabendo que a formação docente é fundamental para garantir a inclusão no espaço escolar, a proposta de trabalho apresenta a necessidade de assegurar no PPP de cada unidade escolar uma carga horária destinada à formação permanente, com possibilidade de estudo, pesquisa, troca de experiência e palestras com profissionais. Na sequência, debate e proposição de estratégias para produzir conhecimento e implantação dentro do espaço escolar das categorias que compõem a Proposta Curricular de Santa Catarina, assim como desenvolver de forma gradual e contínua proposta de trabalhos interdisciplinares que envolvam todos/as as diversidades presente em cada contexto.

Tendo nossa proposta trazer a inclusão para educação básica é fundamental que o currículo seja também considerado, pois é um elemento que merece destaque, haja visto que norteia todas as ações no contexto educacional, assim;



As indagações sobre o currículo presentes nas escolas e na teoria pedagógica mostram um primeiro significado: a consciência de que os currículos não são conteúdos prontos a serem passados aos alunos. São uma construção e seleção de conhecimentos e práticas produzidas em contextos concretos e em dinâmicas sociais, políticas e culturais, intelectuais e pedagógicas. (GOMES, 2007, p.9)

Como as práticas escolares precisam ser fortalecidas nos conhecimentos das realidades, com isso é possível promover acesso ao conhecimento, caracterizado pelo protagonismo do estudante no contexto, como Gomes (2007, p. 24) afirma, “A produção do conhecimento, assim como sua seleção e legitimação, está transpassada pela diversidade. Não se trata apenas de incluir a diversidade como um tema nos currículos.”Ao estabelecer conexão com a realidade se evidencia a importância do trabalho coletivo e colaborativo.

Por fim, consideramos que a pesquisa das nossas práticas docentes, possa ser uma prática transformadora, observando a constituição da comunidade escolar e dos estudantes que constituem o ambiente, onde a proposição de estratégias possa tornar partícipes/protagonistas do processo respeitando suas histórias e constituindo o percurso formativo dos profissionais da educação de cada instituição de ensino.



REFERÊNCIAS:

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs). Introdução. Ensino Fundamental.** Brasília: MEC/SEF, 1998.

_____. <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/ttransversais.pdf> Acesso em 20/05/2021.
BRASIL, Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclos: Brasília: MECSEF, 1998.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido.** 13. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

GOMES, Nilma Lino. **Indagações sobre currículo** : diversidade e currículo. Brasília : Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2007.
<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Ensfund/indag4.pdf> Acesso em 12 de setembro de 2022.

GOTFRID, Alexandre. **O Projeto Político Pedagógico (PPP) como ferramenta para a ruptura das práticas de reprodução da pobreza e da desigualdade social na escola: o Colégio Estadual Marilze da Luz Brand.** Curitiba: 2016. Acesso em 19 de agosto de 2022.

PEREIRA, Cléia Demétrio. **Políticas de inclusão escolar: um estudo comparativo entre Brasil e Portugal ao nível da diferenciação curricular na educação básica**, Tese de Doutorado em Ciências da Educação Especialidade em Desenvolvimento Curricular. Universidade do Minho, Instituto de Educação, Portugal, 2019.

SANTA CATARINA. **Proposta curricular de Santa Catarina:** formação integral na educação básica. Florianópolis: SED, 2014. <https://www.sed.sc.gov.br/professores-e-gestores/16977-nova-proposta-curricular-de-sc-2014> Acesso em 10 de janeiro de 2021.

VEIGA, Ilma Passos da. **Projeto político-pedagógico da escola: uma construção coletiva.** In: VEIGA, Ilma Passos da (org.). Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível. Campinas: Papirus, 1998. p.11-35.



Assinaturas do documento



Código para verificação: **8EH691YK**

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



VERA MARCIA MARQUES SANTOS (CPF: 534.XXX.309-XX) em 21/12/2022 às 18:10:26

Emitido por: "SGP-e", emitido em 30/03/2018 - 12:37:58 e válido até 30/03/2118 - 12:37:58.

(Assinatura do sistema)

Para verificar a autenticidade desta cópia, acesse o link <https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo/conferencia-documento/VURFU0NfMTIwMjJfMDAwNTcxNTFfNTcyMzhfMjAyMI84RUg2OTFZSw==> ou o site

<https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo> e informe o processo **UDESC 00057151/2022** e o código **8EH691YK** ou aponte a câmera para o QR Code presente nesta página para realizar a conferência.